



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia sete de outubro de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente disse: “registrar a presença da Vice-Prefeita Fatinha no Plenário. É uma honra para nós”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “boa noite Mesa Diretora, boa noite vereadores presentes, boa noite público presente. Cumprimento todos em nome da nossa Vice-Prefeita que nos está dando a honra de estar aqui hoje e todas as mulheres em virtude da votação que teremos nesta noite. Eu gostaria de já afirmar, Senhor Presidente, eu não estarei aqui no momento da votação porque eu tenho um compromisso agora, eu sou o Rei do Congado e hoje é o Dia de Nossa Senhora do Rosário, então, estará acontecendo a coroação, eu estarei indo para a Igreja do Rosário. Mas fica, conscientemente, o meu voto favorável. Outra questão, está dando entrada na Casa hoje a LOA, a Lei de Subvenções e a Revisão do Plano Plurianual. Eu gostaria de solicitar à Comissão de Orçamento que preparasse para gente a mesma coisa que foi solicitada no ano passado na Lei de Subvenção. Eu lembro que na Lei de Subvenção não vieram as entidades, senhora vereadora Ângela, e a senhora providenciou para a gente na Secretaria de



Fazenda que mandasse um anexo para a gente com as entidades. Então, para o ano de 2015, cuja votação acontecerá, eu gostaria de solicitar que a senhora já adiantasse. E também que fizéssemos o paralelo de 2014 com 2015. Justificada a minha ausência prematura da reunião”. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia trinta de setembro de dois mil e quatorze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Ofício nº 286/2014. Data: 07/10/2014. Da Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social/Nova Lima, Ana Paula Silveira Lima. Assunto: Situação de Violência ou Violação de Direitos Vivenciados por Crianças e Adolescentes no Município de Nova Lima. O Senhor Presidente convidou a Vice-Prefeita Fatinha para compor a Mesa; 2) Ofício 073/2014/SEMST. Nova Lima, 26 de setembro de 2014. Do Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos. Ref. Requerimentos 210 e 212/2014. Encaminha respostas referentes aos requerimentos de autoria do vereador Flávio de Almeida, solicitando alteração no ponto final da linha de ônibus que atende o Bairro Jardim Canadá e a mudança no itinerário da linha circular que liga o Bairro Água Limpa e Jardim Canadá. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Proposta Orçamentária 2015, autoria do Poder Executivo: Projeto de Lei nº 1.479/2014, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Lima para o exercício financeiro de 2015”; Projeto de Lei nº 1.480/2014, que “Dispõe sobre a Concessão de Auxílios,



Contribuições e ou Subvenções Sociais”; Projeto de Lei nº 1.481/2014, que “Autoriza a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2014/2017”. Encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas para emissão de parecer; 2) Projeto de Lei nº 1.482/2014, autoria dos vereadores Nélio Aurélio de Souza e Fausto Niquini Ferreira, que “Dá denominação à via pública que menciona, além de dar outras providências” – Rua Marcolina de Aguiar Silva. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Gilson Antônio Marques como Relator da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.478/2014, que “Ratifica a adesão do Município de Nova Lima ao Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Secretário indagou: “vereador André Luiz, o senhor vai assinar este parecer? É o Parecer que trata especificamente sobre a adesão ao programa Mulheres das Gerais”. O vereador André Luiz Vieira da Silva perguntou: “na verdade... Este parecer foi feito agora? Eu não estava sabendo, ninguém me informou”. O Senhor Presidente esclareceu: “foi combinado em conjunto com as três comissões. Está faltando uma assinatura e ele está perguntando se Sua Excelência vai assinar. As comissões combinaram na reunião passada que fariam em conjunto”. O vereador André Luiz



Vieira da Silva falou: “pode incluir a minha assinatura”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “quero cumprimentar a nossa Vice-Prefeita, Fátima Aguiar, por nos dar a honra hoje na nossa reunião. Gostaria de salientar aqui a presença da Presidente do COMAD, a Denise; da Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres, Maria de Lourdes; e da Presidente do Conselho das Mulheres, a Janaína. Todas presentes aqui nesta nossa reunião”. O Senhor Presidente ressaltou: “é uma honra elas participarem desta nossa reunião”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira continuou: “diante do Parecer Conjunto favorável ao projeto enviado pelo Executivo deste Consórcio Mulheres das Gerais, que Nova Lima juntamente com mais sete cidades, Belo Horizonte, Contagem, Betim, Sabará, Itabira, Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, todas já assinaram o termo de adesão ao Consórcio Mulheres das Gerais. Eu gostaria que o senhor consultasse o Plenário para que este projeto pudesse passar para a segunda parte e que a gente pudesse fazer a primeira e segunda votação hoje”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, concordou com a proposta da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “só queria justificar aqui que este parecer tem a assinatura de todos de todas as Comissões, mas não me foi apresentado antes, por isso que a minha assinatura não constava aí. Eu imagino que a Casa apresentou a todos os outros vereadores o relatório final do parecer e não me apresentou, por isso que não constava com a minha assinatura”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.478/2014, que “Ratifica a adesão do Município de Nova Lima ao Consórcio



Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais e dá outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção;

2) Projeto de Lei nº 1.472/2014, que “Institui o Dia Municipal do Comerciário”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção;

3) Projeto de Lei nº 1.474/2014, que “Dá denominação à via pública que menciona, além de dar outras providências” – Rua Diomar Maria dos Santos. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos:

1) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer que esta respeitosa Casa solicite ao Prefeito Municipal que proceda o estudo técnico para implantação de redutor de velocidade ou algo que o valha na Avenida Presidente Kenedy, na altura do Bairro Dois Coqueiros, no entroncamento entre as vias Abraham Lincoln, Winston Churchill e Princesa Isabel. Aprovado, nove votos. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a nossa Vice-Prefeita, Fatinha Aguiar; cumprimentar a Mesa Diretora, nobres vereadores, público que compõe as nossas galerias. Gostaria de agradecer aos nobres vereadores por terem aprovado este requerimento. E fazer um pedido aqui ao prefeito Cassinho e à Fatinha também que está presente. Eu presto serviço numa clínica do Detran, exatamente ali numa esquina, onde são quatro ruas que convergem para a Presidente Kenedy. E não é a primeira vez que acontece acidente ali. Eu até já solicitei isso uma vez, tinha conversado com o Secretário de Obras e mais uma vez, depois deste acidente, resolvi entrar com este requerimento porque realmente os carros descem em



alta velocidade ali da Cemig e não tem nenhum quebra-molas ali. Então, eu queria realmente enfatizar isto aqui e pedir uma atenção especial ao Executivo para que possa construir, estudar uma maneira de reduzir a velocidade. Inclusive, tem a Escola Florie Wanderley, transitam muitas crianças ali, idosos. Como é uma confluência de várias ruas, então, fazer esta solicitação. Eu gostaria de parabenizar a vereadora Ângela Lima pelo projeto apresentado; fazer a observação que hoje o nosso auditório está florido. Parabéns por esta conquista, o Consórcio Mulheres das Gerais. Eu tenho observado, Senhor Presidente, que as mulheres estão querendo tomar o nosso lugar”. O Senhor Presidente falou: “com justiça, não é vereador?”. 2) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Prefeito Municipal a execução do Plano de Trabalho Técnico Social – PTTS – descrito dentro do COTS de Diretrizes da Caixa Econômica Federal e informações de quem o realizará. Em discussão, o autor registrou: “essa forma minha de fazer este requerimento, nada contra o atual Secretário de Habitação, mas é só para dar justiça aos pré-selecionados no Conjunto Habitacional Padre João Marcelino. Está ok, nada contra; é só uma transparência para continuar o trabalho da ex-secretária Cláudia mais os seus assessores”. Aprovado, nove votos. 3) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Prefeito Municipal providencie, junto à Secretaria competente, pontos de ônibus cobertos de embarque e desembarque de passageiros, nos dois sentidos da via para acesso ao recém-inaugurado condomínio Ecoville, no Bairro Honório Bicalho. Aprovado, nove votos. 4) Do vereador José Guedes: Requer as informações que seguem junto ao Poder Executivo: 1- Relação nominal de servidores que recebem



ou receberam salários entre R\$15.000,00 (quinze mil reais) até R\$42.000,00 (quarenta e dois mil reais) nos últimos seis meses. 2- Relação nominal dos servidores municipais contemplados com o apostilamento no advento do último Acordo Coletivo. Em discussão, o autor disse: “Senhor Presidente, pediria ao senhor um minuto para eu não precisar usar da Tribuna, para eu fazer um esclarecimento e um agradecimento. Serei breve, para eu não usar a Tribuna, em cima do requerimento. Gostaria de agradecer a votação do Deputado João Vítor Xavier. Eu apoiei o João Vítor no primeiro e no segundo mandato; ele alcançou quase mil e oitocentos votos, uma votação expressiva em Nova Lima, o voto em Nova Lima é muito difícil. O João Vítor não decepcionou este vereador, trouxe grandes benefícios para a nossa cidade. Vou falar sobre o meu primeiro requerimento. Quebraram a prefeitura. Disse que não ia usar a Tribuna. Quero expor o seguinte, que o prefeito me forneça a listagem dos funcionários que recebem de 15 mil a 42 mil reais. Estes salários e comissões são assustadores. Recebem mais que o prefeito, que a vice-prefeita e, se não estou enganado, mais que os juízes e promotores. E posso garantir que recebem mais do que o Presidente da República, mais do que deputados. Isto é um absurdo, é o que acontece em Nova Lima. Espero que o prefeito me forneça o mais rápido possível esta relação. Uma cidade como Nova Lima, uma cidade de trabalhador; atualmente, a prefeitura está dispensando funcionários por ter ultrapassado o limite que é de 54% na folha de pagamento, e a prefeitura chegou a 58%. Está tudo errado, espero que o prefeito corrija isso; é um absurdo o que está acontecendo em Nova Lima. Espero que o prefeito me entregue essa relação para a



Câmara poder tomar providências porque não é justo dispensar as pessoas que ganham pouco e, com certeza absoluta, eu tenho certeza absoluta que alguns funcionários percebem na prefeitura acima de trinta até quarenta e dois mil”. O vereador Silvânio Aguiar Silva sugeriu: “vereador José Guedes, talvez, até a título de contribuição com o seu requerimento, se me permite. Talvez fosse interessante que solicitássemos neste requerimento do senhor também as pessoas que têm dois vínculos porque quando o senhor chega num valor de quarenta e dois mil, dificilmente vai chegar, mas quando se pega os dois vínculos, aí com certeza, você chega num valor desse. Então, é só a título de contribuição. Se o vereador achar que é pertinente, são justamente estes dois vínculos que fazem com que a pessoa chegue a um salário tão alto”. O vereador José Guedes afirmou: “Senhor Presidente, vou só esclarecer o seguinte, que os salários são salários e comissões. Então, eu aceito sim a emenda, não tem problema nenhum”. Aprovado, nove votos. 5) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta augusta Casa faça cumprir no âmbito do Poder Legislativo do Município de Nova Lima, a Lei 5598 de 1º de dezembro de 2005, que “Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências”. Em discussão, o autor falou: “estava observando, a prefeitura hoje tem o Assprom que é o menor aprendiz, a Câmara Municipal de Belo Horizonte já regulariza esta lei. Hoje, em propaganda nacional, eles pedem às empresas que trabalhem com o menor aprendiz. Eu estava observando que nossa Casa Legislativa não tem, então, é isso que eu peço aos meus companheiros, esta votação”. Aprovado, nove votos. 6) Do vereador José Guedes: Requer à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Lima seja



oficiada a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer a prestar informações sobre o assunto a seguir exposto: 1- Encaminhamento a esta Casa de Leis de um relatório contendo o valor total da verba destinada à Secretaria de Esporte e Lazer no corrente ano, bem como, quanto foi gasto desta verba e como está sendo gasto este recurso até a presente data. Em discussão, o autor registrou: “eu, como militante no futebol amador e no esporte em geral há mais de cinquenta anos, gostaria de saber da Secretária e espero que ela me forneça, o mais rápido possível, a relação do que foi gasto com o esporte neste ano até o presente momento. Motivo: o orçamento da Secretaria de Esporte este ano foi vinte e cinco milhões. Vinte e cinco milhões é muito dinheiro e eu não vejo obras de grande porte no esporte. Vejo um belíssimo ginásio sendo construído próximo ao CAIC, mas aquilo é verba federal. Espero que o prefeito determine que ela me forneça esta relação o mais rápido possível. Espero que não engavete estes dois pedidos feitos por mim nesta noite, como tem feito ao longo dos anos”. O Senhor Presidente salientou: “é muito fácil responder esta pergunta, vereador: é muita festa”. Aprovado, nove votos.

7) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Prefeito Municipal e à Secretaria responsável que intercedam junto à empresa responsável a fim de que se faça cumprir no município de Nova Lima a Lei 10.438/12, que “dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (proinfra), a conta de desenvolvimento energético (cde), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de



1998, nº 3.890-a, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências”, alterada pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010, que “dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica”, regulamentada pela Resolução nº 485/2002 da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, que “regulamenta o desconto na tarifa de energia elétrica”. Em discussão, o autor disse: “este requerimento é, como o pessoal agora, está vindo agora Condomínio Padre João Marcelino, então, pegar esta lei porque muitos vão ter que pagar condomínio, tem a conta de energia, conta de água. Então, que o Executivo regularize esta lei porque muitas famílias carentes vão morar lá e, hoje, é uma nova vida que eles vão ter. É em condomínio que eles vão morar, com quadra, uma estrutura fora da realidade. Então, é o que eu estou pedindo aos meus nobres companheiros, que me ajudem nesta aprovação”. Aprovado, nove votos. 8) Do vereador José Guedes: Requer que a prefeitura com os órgãos competentes providencie a instalação de sonorização para o Estádio Municipal Castor Cifuentes. Aprovado, nove votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “primeiramente eu queria, em nome da direção municipal do PRB, fazer um agradecimento aqui a todos os eleitores que depositaram os seus votos de confiança nos candidatos do PRB, Jorge Hilton, deputado federal, que obteve mil trezentos e dezessete votos, Dr. Ariadna, deputada federal, que obteve trezentos e quinze votos, Gilberto Abramo, deputado estadual, que obteve mil trezentos e trinta e cinco votos; isso dentro do território de Nova Lima. Então, em nome do PRB, a gente faz esse agradecimento aos eleitores que, mais uma vez, deram esse voto de confiança.



E o PRB mostra aí que essa cidade vai ficar dez. Outra coisa, Senhor Presidente, que eu queria solicitar, e isso eu queria que o Senhor consultasse aqui os meus pares que fazem parte da Comissão de Orçamento, é que chegou nesta Casa e eu estava analisando a LOA, a Lei de Orçamento do Executivo, a Lei Orçamentária Anual. E essa lei, segundo eu estava analisando, existem alguns pontos aqui que eu já discordo como discordei no ano passado. Aonde houve uma previsão de arrecadação de setecentos e vinte milhões que eu questionava na época da onde que ia surgir, e foi constatado que nem veio a arrecadação e, hoje, o Executivo justifica a quebra na prefeitura na falta de arrecadação, que eu também não via essa falta de arrecadação, de acordo com meus cálculos não está batendo com os cálculos que foram citados pelo Poder Executivo, mas até agora não foi mostrado, porque, também nesta Casa eu estou requerendo o balanço quadrimestral e, também, o Executivo ainda não enviou para esta Casa. Então, como a gente não tem os números concretos, eu não posso dizer se os meus cálculos estão corretos ou não. Mas eu estou querendo o balanço quadrimestral da prefeitura. Mas a questão aqui, Senhor Presidente, é a seguinte: a gente teve a informação, também foi por meio de comunicação, não foi nada oficial da prefeitura, que eu acho até que o prefeito deveria fazer, comunicar a esta Casa quando houvesse uma troca no seu secretariado, a gente teve a informação de que foi trocado o Secretário de Fazenda, inclusive por ser ele o responsável por aquela previsão, eu diria factóide, aquela previsão absurda, aquela catástrofe que foi na previsão orçamentária do ano passado para esse ano. Então, Maurício Farah, segundo informações, não é mais o Secretário de Fazenda. E, com isso,



essa previsão orçamentária, essa LOA que veio para a Casa, ela foi feita por ele de novo, ela foi toda elaborada por ele, no comando da Secretaria e está, inclusive, assinada por ele. Então, eu entendo que, se ele está sendo responsável pela catástrofe, que eu não acredito que tenha sido só ele, mas se ele está sendo responsável pela catástrofe que foi a previsão orçamentária e a distribuição também do recurso público entre os setores do município. Foi uma total catástrofe e ele está assinando aqui, hoje ele já não é mais, já tem outro e ele foi substituído por causa do erro cometido, então, eu entendo que essa LOA, antes de ser aprovada por esta Casa, ela deve retornar para o Executivo, passar pela análise do novo Secretário e, então, ser encaminhada para esta Casa. Esse é o meu ponto de vista, como está na Comissão de Orçamento, eu gostaria que fosse tomada essa providência”. O Senhor Presidente falou: “no meu entendimento, eu vou consultar a Procuradoria Jurídica, vereador, isso a gente não precisa decidir em Plenário; vou consultar a Procuradoria Jurídica. Acho, no meu entendimento, não importa quem assinou, ele tinha patente para assinar na época que o fez. No meu entender, mas, às vezes, eu estou equivocado. E se a sua reivindicação estiver segura, pode saber que nós vamos atender o seu pedido”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “Senhor Presidente, eu só gostaria de esclarecer ao vereador, muito pertinente a preocupação dele, mas eu gostaria de esclarecer que eu estou acabando de receber, enquanto presidente da Comissão de Orçamento, estou recebendo a proposta agora. Então, agora que nós vamos fazer uma análise, agora que nós vamos consultar a prefeitura as dúvidas que a gente tiver e eu acho que isso independe da mudança do



Secretário de Fazenda que o Senhor acabou de falar. Então, é assim... Eu só estou preocupada, Presidente, é que eu estou acabando de receber a proposta orçamentária”. O Senhor Presidente disse: “está sendo encaminhada para a presidente da comissão. Ela está certinha no trâmite dela, mas o vereador levantou uma questão e ela vai ser analisada durante a semana pela nossa procuradoria, sem problema”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “eu entendo perfeitamente, é lógico, é claro e evidente que, enquanto no exercício, ele assina pela pasta. Nós tivemos isso bem explícito no entra e sai da prefeitura, do prefeito no município. Quando o Senhor estava como prefeito, o Senhor assinava como prefeito, quando o Senhor saía do cargo, o Cassinho assinava como prefeito. Isso é fato. Mas a questão aqui vai além disso, a questão é a seguinte, a prefeitura que está enfrentando uma crise por conta da previsão mal feita, nós não podemos fugir da realidade. Uma previsão de arrecadação de setecentos e vinte milhões e que, segundo o Executivo, não chegou a quinhentos ou vai chegar, no máximo, no final do ano, a quinhentos e alguma coisa, o que também não é nenhum absurdo porque está dentro do que foi arrecadado no ano passado. Então, a responsabilidade foi atribuída ao Secretário de Fazenda, pelo menos essa foi a informação que circulou na cidade e o Secretário de Fazenda está fazendo a previsão aqui, de cara, sem a análise, para onde vão os recursos, para cá, para lá; de cara, tem a previsão de seiscentos milhões, isso a gente já sabe. Então, eu entendo que, por uma questão de ética, de respeito pelo povo da cidade, por uma questão de lógica até, essa LOA teria que vir com a assinatura do novo Secretário. Esse é o meu entendimento. É



claro que, enquanto Secretário, ele está no direito dele de assinar, mas esse é o meu entendimento, lembrando que já no orçamento passado eu questionei aquela previsão fantasiosa”. O Senhor Presidente falou: “vereador, será respeitada a sua reivindicação. Eu entendo, como disse à Sua Excelência, até porque já foi encaminhado e está nas mãos da presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. No meu entender, eu vou mais longe, a Comissão tem o poder, até, de entender lá para dar o parecer da sua reivindicação que nós vamos discutir durante a semana”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “Senhor Presidente, mas ele faz parte da Comissão”. O Senhor Presidente disse: “ótimo, então, melhor. Vocês mesmos vão ter que... Aí tem três votos, são dois votos, se for vencido por um, está resolvido”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “foi por isso que eu pedi que se consultasse. Eu até achei que existiria uma lógica nesse raciocínio, foi por isso que eu pedi que consultasse os pares da Comissão”. O Senhor Presidente falou: “entendi. Eu posso até fazer isso depois para Sua Excelência, mas seria viável durante a semana a sua Comissão reunir e discutir, seria mais prudente”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “eu dei uma lida rápida aqui e tem uma coisinha que me chamou a atenção, eu queria deixar isso registrado aí. Há bem poucos dias, o prefeito nos chamou lá, diante da assessoria dele, e nos apresentou esse quadro crítico que o município está vivendo e nos disse que a receita estava em quinhentos e dezessete mil reais, por isso, esse desando aí. E também nos disse que a previsão era de queda para o findar desse ano. E hoje apresenta uma receita de seiscentos milhões de estimativa? Tem um negócio errado aí”.



O Senhor Presidente disse: “claro que tem, as emendas todas desta Casa vão ficar por último”. O vereador Gilson Antônio Marques continuou: “e aí, o que acontece? Você vota um pacote cheio desse aqui, depois não passa mais nada aqui porque, aí, é outro erro. Um erro em cima do outro. Então, eu quero deixar uma sugestão aqui, para fazer uma análise profunda, enxugar isso aqui para que se ele precisar de suplementação, tomar obediência aí para não errar de novo”. O Senhor Presidente afirmou: “o orçamento do ano passado, só para lembrar à Sua Excelência, ele não atingiu e não vai atingir. Agora vai lá e procura se tem alguma emenda de vereador que foi cumprida lá, nenhuma”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “é que uma outra observação está ali em cima da folha de pagamento que, salvo engano, está chegando a cinquenta e três vírgula qualquer coisa. O ano passado, a nossa discussão maior nesta Casa estava justamente em cima dessa questão da folha de pagamentos da prefeitura, a gente falava e alertou várias vezes. Eu estou perto da vice-prefeita que participou de uma reunião que eu fiz com o Dr. Maurício Farah, em que falava com ele que essa arrecadação não chegaria nunca a setecentos e vinte milhões; a vice-prefeita está aqui e presenciou essa nossa conversa. Infelizmente, alguns vereadores ficaram aqui taxados como aqueles que não queriam dar aquele aumento para os funcionários naquela época. E, mais uma vez, o governo incorre, nesse sentido, no mesmo problema. Seiscentos milhões, quer dizer, a arrecadação, teoricamente, pelo menos a previsão, cai de setecentos e vinte para seiscentos, mas a folha de pagamento, mais uma vez, vem em cinquenta e três vírgula qualquer coisa de comprometimento da receita do município. Quando chegar em abril,



tem outro acordo coletivo. Quando chegar em abril, teremos aqui, mais uma vez, funcionários da prefeitura achando que vereador tem que fazer milagre para pagar aquilo que o Sindicato propõe, porque aquilo foi uma proposta do Sindicato, não foi uma imposição do Sindicato. Então, eu penso que a gente tem mesmo, vereadora Ângela Lima, eu sei que a senhora tem todo esse respeito e capacidade para nos ajudar a fazer essa reflexão, mas, realmente, esse orçamento que veio para cá, veio... Concordo com o vereador André Vieira, feito pela mesma pessoa e com problemas antigos. Esta Casa, na minha opinião, ela não pode, de maneira nenhuma, se curvar a esse erro aí que já vem sendo recorrente”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “Senhor Presidente, eu vou ser rápido. De novo a gente olha as falas dos nossos nobres vereadores e a gente não mexe exatamente no problema, que é quando no ano passado discutimos nessa Casa o limite que o prefeito teria de liberdade de gastos. Aí, com muita discussão, nós continuamos com os trinta por cento e a gente viu o tanto que desandou a prefeitura. Aí caçar hoje aonde está o erro, nós sabemos aonde está o erro, todo mundo sabe. Nós não podemos mais ter, depois de ter desandado esse ano, de ter tido o problema que a gente teve esse ano, com tanta demissão, com tanta perda dos funcionários públicos, a gente continuar dando a liberdade de gastos para o Executivo de trinta por cento. Nós temos que reduzir e o Executivo, a cada momento, vir a esta Casa e pedir a anuência desta Casa para novos gastos. Aí sim, nós vamos estar fazendo o nosso papel de fiscalizar e segurar os gastos públicos. Porque ele já provou... Nós tivemos uma reunião de quinhentos e dezessete milhões, esse veio com seiscentos milhões. Provou mais uma



vez que a gente tem alguma dificuldade lá. Se é de profissionalismo eu não sei, mas essa Casa tem o compromisso e a responsabilidade de conter os gastos do Executivo. É esse o nosso papel. Agora, se a gente vir para a discussão, brigar, brigar, chegar na antessala e concordar com os trinta por cento, nós estamos de novo dizendo assim: ‘nós concordamos com o erro do Executivo’. É isso que a gente tem feito. E olha que eu deveria ter hoje uma outra fala, eu sou do PT, o nosso partido tem a vice prefeitura, mas nós, enquanto partido, nós não podemos aceitar isso também não, é de forma nenhuma. Então, Senhor Presidente, a minha proposta é que, quando chegar o momento de votar, que a gente faça o correto. Vai doer? É lógico que vocês vão ficar sem serem atendidos em algumas caçambas, é normal. Caçamba, o que é isso, gente? Em algum empreguinho baratinho... Mas vamos fazer o nosso papel, vamos reduzir. A amizade continua do mesmo jeito, não tem dificuldade nenhuma. Mas para ter novos gastos, tem que passar por esta Casa. É assim que funciona”. O vereador Gilson Antônio Marques disse: “eu queria só concluir que se a gente não tomar as medidas agora, de imediato, em cima desse orçamento que chegou aqui, daqui a no máximo seis meses, vai ter que haver mais demissões, segundo a própria estimativa do senhor prefeito, que nos diz que a receita é quinhentos e dezessete com queda, com previsão de queda. Aí manda para seiscentos, como disse o vereador, ele colocou cinquenta e três por cento para o pagamento, qualquer dois por cento que cair aqui é mais demissão. Então, é sofrer duas vezes”. O Senhor Presidente afirmou: “só lembrar que semana que vem eu vou trazer aqui os dados de quanto o governo gastou com casa popular em Nova Lima e quanto ele gastou



com festa. Aí, nós vamos procurando já algumas coisas que estão acontecendo”. 9) Dos vereadores Flávio de Almeida, Gilson Antônio Marques e André Luiz Vieira da Silva: Requerem autorização desta Casa Legislativa para contratação de empresa de auditoria contábil visando auxiliar nos trabalhos que serão realizados pela Comissão instituída por esta Casa com intuito de verificar os gastos públicos em relação à renúncia fiscal, festas, eventos, convênios e gastos públicos do Poder Executivo Municipal. Em discussão, o vereador Flávio de Almeida falou: “Senhor Presidente, esta empresa é um pedido da Comissão, que ela não tenha vínculo nenhum com a prefeitura, que ela não tenha vínculo com esta Casa e nem com a empresa, ou seja, tem que ser uma empresa que nunca tenha prestado serviços neste município”. O Senhor Presidente registrou: “vereador, o requerimento, depois que ele for votado, eu peço à Secretaria que durante a semana os vereadores, dentro do Regimento da Casa, das normas da Casa, o Procurador vai encaminhar e ver se a gente atende, com certeza, porque esse é um trabalho que é interessante para a Comissão e precisa de suporte jurídico”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira indagou: “Senhor Presidente, a Comissão são os três vereadores?”. O Senhor Presidente respondeu: “a Comissão...é porque eles que pediram. É um requerimento e eu não tenho nem como pôr outro porque foi um pedido deles”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira perguntou: “a auditoria vai trabalhar com eles?”. O Senhor Presidente respondeu: “é. O que eles vão fiscalizar, eles pediram. Então, eles mesmos estão sendo... automaticamente a Comissão porque não justifica eu tirar o Flávio de Almeida e pôr o Gilson na comissão. Aliás, o Gilson já está. Pôr o



Fausto ou pôr outro vereador. São só três”. O vereador Flávio de Almeida disse: “foi o Senhor quem instituiu a Comissão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira comunicou: “Senhor Presidente, eu quero me abster desta votação”. Requerimento aprovado por oito votos, com abstenção da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento verbal: “Senhor Presidente, o meu requerimento é em cima deste ofício que veio do Conselho Municipal de Assistência Social. Na semana anterior a gente já vinha falando sobre essa questão de crianças em situação de violação dos direitos, especificamente sobre esse relatório... O que eu gostaria de solicitar aqui, na verdade, tem a ver com a comissão de Direitos Humanos e aí o vereador Gilson Marques que é o Presidente da Comissão. Vereador, na verdade a gente tem uma situação de violação dos direitos da criança e do adolescente em Nova Lima, que ela vem crescendo com o tempo. Ano passado a gente tratou aqui desse assunto, conversamos muito, a gente sabe da dificuldade que tem do Dr. Juarez e eu entendo a situação do Dr. Juarez nesse sentido, da criação da Vara da Criança e do Adolescente. Então, o meu requerimento aqui é que a gente pudesse, junto com a Comissão de Direitos Humanos, provocar uma discussão maior, não sei se uma Audiência Pública, eu imagino que isso seria um tema que o Senhor deveria discutir, então, eu não quero aqui propor Audiência Pública, até porque entendo das atribuições da Comissão. Mas que a gente pudesse, esta Casa pudesse fazer uma discussão maior em cima desse tema, a gente tem no relatório aqui o número de cento e setenta e quatro casos no mês de agosto, que é um número elevado e eu acredito que isso seja um sinal



grave para o futuro da nossa cidade. Então, o meu requerimento, que está ficando meio confuso aqui, é no sentido de que a Comissão de Direitos Humanos possa fazer essa convocação, ou de uma Audiência Pública, se assim achar pertinente, ou então algum dispositivo que esta Casa possa fazer para ter esses atores juntos, dessa arena política, tratando especificamente sobre o assunto de violação dos direitos da criança e do adolescente no nosso município”. O Senhor Presidente afirmou: “o requerimento do vereador Silvânio Aguiar baseado no que foi lido no mesmo documento na correspondência desta Casa hoje. É evidente que está provocando a Comissão de Sua Excelência, para se fazer um requerimento tem que definir. Eu não posso pôr um requerimento, se é Audiência Pública ou não é, se tem uma discussão a parte, tem que saber se vocês têm interesse em fazer uma Audiência Pública ou se vai fazer um requerimento e manda para o Dr. Juarez ou para o prefeito”. O vereador Gilson Antônio Marques falou: “eu preferia se eu pudesse sentar amanhã com os dois membros da Comissão, que são os vereadores Flávio e Leci, a gente faria uma discussão e, ainda amanhã, a gente responde ao vereador Silvânio, também à Casa e já deixamos aqui o convite para a participação do que for decidido”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “está ótimo, vereador, a intenção era essa mesma, é só fazer uma provocação de um assunto que eu tenho certeza de que essa Comissão está atenta sobre ele, mas é porque eu fui provocado por alguns membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, por pessoas da comunidade. E aí, eu retiro o meu requerimento por hora e a gente dá uma solução para ele numa próxima reunião. Está excelente e é isso mesmo”.



O vereador Gilson Antônio Marques disse: “amanhã mesmo a gente dá uma resposta; deixo o convite”. O vereador Flávio de Almeida propôs requerimento verbal: “o requerimento é para o Executivo, que faça a sinalização do Bairro Jardim Canadá como da região, uma vez que têm ocorrido diversos acidentes lá todos os dias. A postura que eles vêm tomando, que os moradores ao ligar, eles dizem e respondem que têm outras prioridades. Aí a pergunta é esta: se hoje os acidentes sem vítimas não são prioridade, eles vão esperar ter vítima para ser prioridade? O dinheiro existe para a sinalização, então, é só ir lá e fazer a sinalização. A empresa está aí para fazer o serviço. Então, não tem dificuldade, a dificuldade é a maneira que vem sendo feitas as coisas dentro da prefeitura”. O Senhor Presidente afirmou: “antes de pôr em votação, vou só acrescentar no requerimento de Sua Excelência, que até me deu a liberdade de assinar junto, é que todos os prefeitos que passaram, e eu estou aqui desde dois mil, ninguém, nenhum deles fez nada de sinalização para o Jardim Canadá. Concorde comigo, vereador? Lá em sinalização é um bairro na pior das condições. O túnel, chega seis horas da tarde, você não sabe, ali é uma briga de índio para atravessar um carro para o outro lado, dirigindo. Eu sei porque vivo aquilo lá, vivo na região. Não tem nenhum prefeito que fez e duvido que esse vai fazer. Eu não faço requerimento nenhum, vou fazer um aqui porque uma pessoa me pediu e eu conheço essa lei, porque já tem uma lei que eu vou falar na hora em que for encerrar a reunião, mas eu vou assinar com a Sua Excelência, mas não tenho esperança nenhuma”. Aprovado, nove votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio propôs requerimento verbal: “Senhor Presidente, que seja solicitado ao senhor prefeito



municipal que organize uma festa em homenagem ao servidor público. Estava olhando que vai ter a festa da cerveja, não é?”. O Senhor Presidente indagou: “mais festa?”.

O vereador Alessandro Luiz Bonifácio respondeu: “é, mais festa, vai ter a festa da cerveja. Então, não tem como... a festa... Eu fui atrás saber o que é, a festa da cerveja é tradição, então, o servidor é muito mais do que tradição. Então, eu quero pedir que no dia vinte e oito de outubro, quando estaremos comemorando o dia do servidor público municipal, não é? Então, que faça a festa do servidor público porque o servidor público não tem culpa do orçamento, do não sei o que, e é muito mais tradição, ele é quem desenvolve o serviço todo do nosso município”. O vereador Flávio de Almeida comunicou: “vereador, nada contra o requerimento, tá? Eu vou me abster porque o Presidente montou uma comissão na Casa para a gente olhar os gastos com festas. Então, se eu hoje votar a favor de uma festa, eu tenho que pedir para sair da comissão, então eu vou me abster hoje”. O vereador Gilson Antônio Marques informou: “eu vou com o vereador Flávio, vou me abster”. O Senhor Presidente anunciou: “está em discussão, em votação com três abstenções: vereador Flávio de Almeida, vereador Gilson Marques e vereador Nélio Aurélio. Com aprovações da vereadora Ângela Lima, Fausto Niquini, José Geraldo Guedes, Alessandro Bonifácio e Silvânio Aguiar. Está aprovado, são cinco votos a favor e três abstenções”. O vereador Fausto Niquini Ferreira propôs requerimento verbal: “que seja enviada por esta Casa Legislativa uma moção de aplausos ao Ministério Público Eleitoral e Justiça Eleitoral de Nova Lima pela condução de seus trabalhos nesse último pleito eleitoral”. Aprovado, nove votos. O vereador



Gilson Antônio Marques propôs requerimento verbal: “Senhor Presidente, antes de o Senhor encerrar. Vereador Silvânio, eu conversei com o vereador Flávio aqui, aí somos dois da Comissão, já deu a maioria, e ele concorda em fazer a Audiência Pública. Ai, eu quero solicitar ao Senhor Presidente que seja marcada por esta Casa”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “essa Audiência Pública não pode acontecer sem a presença do juiz, sem a presença de todos os atores responsáveis nesse sentido. E a data, eu imagino que a gente tenha que trabalhar muito em cima dela porque se a gente não tiver aqui o juiz, a delegada, o delegado, não tiver as pessoas que... o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, eu imagino que é uma Audiência que vai cair por terra”. O vereador Gilson Antônio Marques solicitou: “a Maria de Lourdes está pedindo aqui para incorporar também a Vara Específica de Violência Doméstica na mesma Audiência. Se vocês concordarem”. Aprovado, nove votos. O vereador José Guedes propôs requerimento verbal: “quero fazer um requerimento e pedir, aproveitar a presença da nossa Vice, que ela me ajudasse nesse requerimento me dando uma força. O requerimento é o seguinte: a Lei do Silêncio foi aprovada há quase dois anos na Câmara Municipal e ficou um tempo engavetada na prefeitura, foi aprovada aqui por unanimidade. Uma má vontade tremenda. O povo de Nova Lima, o povo de um modo geral pede esta lei porque ninguém aguenta mais esses carros de madrugada com esses sons. Alguns bares não respeitam. Então, a Vice Fátima, estou pedindo à senhora que me dê um apoio, depende somente da prefeitura. Aí, o prefeito passou esse pepino para o Meio Ambiente, comprar uns três aparelhos para multar; o aparelho custa vinte e dois



mil cada, já sei até o preço. A prefeitura alega que tem que fazer licitação, mas não faz. Comprar três aparelhos; o aparelho é aquele que libera a multa no ato da infração. No Rio de Janeiro, foi aprovada a Lei do Lixo, era uma indecência o lixo, como é em Belo Horizonte, como é em São Paulo, como é mesmo em Nova Lima e nas grandes capitais. Um gari varre a rua, passa um segundo, volta novamente para varrer. Então, no Rio de Janeiro, esta Lei foi aprovada e ninguém joga lixo porque até o governador foi multado; nós somos sabedores disso. Então, está lá na prefeitura, uma má vontade tremenda, o prefeito passa para o Meio Ambiente, passa para Compras e esses aparelhos não saem. Nós dependemos disso para a gente solicitar a presença do juiz, da promotora, do delegado, do prefeito, da vice-prefeita, juntamente com a Câmara, para a gente agir sobre essa Lei. Eu fico impressionado porque comprar três aparelhos, vai custar sessenta e seis mil, uma prefeitura que tem uma arrecadação invejável. Então, eu pediria à senhora que me desse força lá no Meio Ambiente e no Setor de Compra e Licitação para liberar esses aparelhos. Ninguém aguenta mais, de madrugada, os idosos, os carros passam, as janelas até tremem. É uma falta de respeito tremenda e a prefeitura tem uma má vontade com essa Lei que não foi sancionada pelo Cassinho, foi sancionada pelo Nélio. Eu ia dizer isso, Nélio, porque o senhor teve a maior boa vontade; eu pedi, com um segundo o senhor sancionou a Lei. Então, a Lei já está em vigor, mas precisa desses aparelhos”. Aprovado, nove votos. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “Senhor Presidente, duas coisas. Primeiro, como líder do PMDB na Casa, eu gostaria de cumprimentar o nosso governador eleito, Fernando Pimentel, juntamente



com o vice-governador, Antônio Andrade, que é presidente do PMDB. Gostaria também de cumprimentar os nossos deputados federais eleitos, o Saraiva Felipe, o Newton Cardoso Júnior e o Leonardo Quintão. E também gostaria de cumprimentar o deputado estadual reeleito, João Vítor Xavier, que eu tive a honra de poder trabalhar para ele aqui no município de Nova Lima. E uma segunda coisa, eu queria poder dizer para o Senhor, Presidente, e para os demais vereadores e o público presente, que eu acompanhei de perto a ansiedade e a angústia do nosso prefeito e da nossa vice-prefeita com os transtornos causados na prefeitura a respeito da nossa receita. Então, eu acompanhei isso de perto, o sentimento deles, de ter que tomar medidas que vieram chocar mesmo a comunidade dos nossos servidores para poder resolver, em parte, o problema da receita do município de Nova Lima. Quero dizer também para os vereadores que estamos recebendo na Casa hoje, oficialmente, a Proposta Orçamentária para dois mil e quinze. E desde semana passada os nossos dois assessores que trabalham com a gente dentro do orçamento, o Lucas e o Jucilei, preocupados já com a análise desse documento. Já estiveram na prefeitura conversando com as pessoas responsáveis, principalmente com Vanessa, a diretora do departamento de contabilidade, já conversei com ela e ela está disposta a vir aqui para poder nos esclarecer a respeito do orçamento para dois mil e quinze que está chegando na Casa hoje. E que nós vamos ter a Comissão de Orçamento mais os nossos dois assessores que são brilhantes, o Lucas e o Jucilei, nós vamos debruçar em cima disso para oferecer para os vereadores todo o material necessário para discussão, reflexão e para que a gente possa votar com tranquilidade o orçamento para



dois mil e quinze. E eu tenho certeza, Senhor Presidente, que o nosso Prefeito, que o Executivo, ele vai buscar o aumento da nossa receita, isso é papel do Executivo, é buscar o aumento da receita. Então, eu espero que ele, realmente, trabalhe para isso, para o aumento da nossa receita, para a gente poder ter um ano de dois mil e quinze com mais tranquilidade”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “eu quero cumprimentar e agradecer a população de Nova Lima pela eleição do companheiro Pimentel e também pela votação da companheira Dilma e, principalmente, pela votação expressiva dos nossos companheiros, tanto a deputado estadual quanto federal, o Patrus Ananias, o Gabriel Guimarães, o Miguel, o Reginaldo Lopes, lembrando que o Reginaldo foi o mais votado em Minas Gerais, o Padre João. E no estadual, Marília Campos, o André Quintão e o Paulo Lamac. Agradecer à população de Nova Lima, o público presente a votação do nosso partido aqui na cidade. Eu tenho certeza que com essa bancada tanto na Câmara Federal quanto na Câmara Estadual e a nossa bancada aqui também, não é, nosso líder de partido, Soldado Flávio? Nova Lima fica, de certa forma, muito bem representada, tanto a nível municipal, estadual e, se Deus quiser, elegendo a companheira Dilma, também a nível federal”. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “eu não poderia deixar de cumprimentar e parabenizar mais uma mulher na nossa política, que é a minha deputada estadual Ione Pinheiro, que teve uma votação expressiva, oitenta e um mil votos. Foi a candidata eleita, a mais votada do Partido Democratas. E para a qual eu tive o prazer de trabalhar para ela aqui em Nova Lima. Muito obrigado e, mais uma vez, parabéns às mulheres”. O Senhor Presidente falou: “só



lembrar os requerimentos que a gente faz nesta Casa, que são tantos e que não são respondidos, que não dão bola para isso, não vou citar nomes de vereadores. Tem vereador aí que está pondo placa, como eu também já pus, nome de pessoas, placas de rua, tem mais de cinco anos. Eu, as placas que eu arrumei, tive que arrumar com uma empresa porque o próprio município não colocou. Então, eu sou descrente de requerimentos. Mas vou fazer um aqui porque a pessoa me procurou hoje e eu fiquei muito triste com isso porque quando é problema de saúde a gente... Aí, eu sou uma pessoa que, mexeu com a saúde dos outros eu fico muito triste. Acho o nosso Secretário de Saúde muito fraco, muito ruim e não vai ter jeito de melhorar. Eu, quando passei por ali dez dias, eu tive o cuidado, e desde dois mil lutando com isso, aqui em Nova Lima tem trezentas pessoas com problemas auditivos e são adolescentes que estão atrasados na escola, são idosos, é meia idade, enfim, são pessoas que não têm condições nenhuma de comprar e poder ter a dignidade humana de poder ir à escola e desenvolver sua aptidão, alguns pontos da infância, enfim, as pessoas. Eu consegui esse projeto quando eu passei dez dias lá, encaminhar, mas me brearam tanto na área da saúde, me dificultaram tanto, mas eu desbravei ele e pus ele prontinho para ir para a licitação. Tem vereador que sabe disso aqui. Estava lá e licitaram. Quando eu saí a licitação sumiu, não comprou nada e o povo está aí, tem doze anos que estão esperando um aparelho auditivo. E o pior, hein? Estão todos cadastrados na Secretaria de Ação Social como pessoas necessitadas. E tem gente que eu sei, não vou falar que é nesse governo, que é no outro, não gosto de citar nome de prefeito, porque quase se você pegar os prefeitos é



quase tudo igual. Em termos de saúde ninguém faz nada para a população, em termos de saúde. Duvido que nós vamos achar um prefeito em Minas Gerais ou no Brasil que faça alguma coisa para o povo na área da saúde. Duvido, eles enrolam, enrolam e a saúde vai indo. Tem prefeito aí que pagou uma operação de trinta mil reais para gente que não precisa. Aí você vai apurar, vira todo mundo contra você. Mas vamos ao que importa, dos aparelhos auditivos eu já falei. Esse projeto aqui é um projeto do vereador Luciano Vitor Gomes, um projeto até muito bom, que foi votado na época, o Carlinhos Rodrigues sancionou, está aqui no final. E é muito triste um pai e uma mãe ter um filho autista, é muito triste. Só quem tem sabe o que é. Esse projeto, na íntegra, para o município cumprir, para essas pessoas e seus filhos terem um pouquinho de dignidade e o município não cumpre nada, não cumpre nada disso aqui. Chega na fundação, a Faenol, que é uma fundação excelente, que muitas cidades não tem igual, é de uma qualidade que eu sei porque tenho ido lá, mas o que nós queremos é que possa adequar isso para essas pessoas lá, adequar com dignidade para eles. Então, acaba que às vezes, estavam me explicando, um dia vai, não tem fonoaudiólogo, porque não tem? Porque viajou, porque não passou no concurso, não contratou, um monte de desculpas, resumindo: não cumprem nada. E tem uma lei federal, que eu estou com ela aqui também, em termos de autistas, os pais, sendo funcionários públicos, eles podem ter uma bonificação financeira, o município é obrigado a dar a eles. O rapaz também não recebem porque não têm tempo de dar dinheiro para os pobres. Se for uma comissão para gente pobre, não sei não, mas gente que não precisa... Tem comissionado aí que



ganha dez mil e recebe vinte. Esse é o meu desabafo, desse pai e dessa mãe, que são doze pessoas, aliás, crianças autistas que tem no município de Nova Lima. Isso é até muito pouco. Eu não entendo muito bem desse processo, mas dizem que entre... não me lembro, é uma quantidade muito grande para sair uma criança com autismo. Então, é por isso que são poucos. Imagina bem, um município rico como esse nosso não podia ajudar essas pessoas? Agora, você imagina, hein? Quando a pessoa é rica é muito fácil. Põe no carro, leva, manda tratar, para cá e para lá. E quando a pessoa não tem condições? Que praticamente são pessoas que vivem o dia-a-dia do seu trabalho, como me procuraram".

O vereador José Guedes registrou: "eu quero dizer que eu sou testemunha de como o Senhor liberou os aparelhos para o pessoal que tem problemas de escuta e, realmente, eu fiquei abismado quando eu fiquei sabendo, não hoje, que não foram liberados. Tem pessoas que, eu sou testemunha disso, estão na fila há mais de doze anos. Eu não concordo também com isso, Senhor Presidente. E quero rogar, pedir encarecidamente aos vereadores que nós vamos olhar com muito carinho o problema de festas em Nova Lima para o próximo orçamento. Eu vou cobrar da Câmara, é um absurdo o que tem acontecido em Nova Lima, as festas são muito caras, a Câmara é sabedora disso. Então, é duro para um vereador ver festas nos quatro cantos da cidade, quase semanalmente e barrar uma compra de um aparelho. Uma pessoa me procurou ontem, está faltando remédio controlado, isso não pode acontecer. Então, a prioridade é realmente a saúde".

O Senhor Presidente disse: "é só para lembrar que... Concluindo, esses aparelhos de surdez que eu falei no comecinho, isso aí... tem gente na rua que me encontra, eles



perderam a esperança. Acabou e são pessoas pobres, todos perderam a esperança. Perderam a esperança e é muito triste. A área da saúde que a pessoa perde a esperança é muito triste. É a mesma coisa de estar predestinado a vida inteira àquilo, não é? E deixar bem claro que eu não tenho nada contra a Faenol, é uma instituição que poucas iguais a ela eu conheço que existe. Eu estou só pedindo, não vou nem falar em requerimento porque requerimento o prefeito não cumpre. Só estava pedindo que ele cumpra a lei que foi votada nesta Casa, encaminhada, sancionada e aprovada. Que cumpra a lei e faça adequar para essas dez pessoas com problema de autismo. É só isso que eu queria que ele fizesse. E lembrar bem, deixar bem claro, reconhecendo que a Faenol é uma grande instituição”. A Vice-Prefeita Maria de Fátima Monteiro de Aguiar afirmou: “boa noite a todas e todos. Queria cumprimentar o nosso grande vereador Nélio Aurélio, Presidente desta Casa tão honrada, a cada vereador, nossos queridos vereadores e a nossa vereadora Ângela Lima em especial. Agradecer o acolhimento nesta noite em que estive aqui, vendo, presenciando, de maneira tão clara, tão nítida, a grande responsabilidade deste coletivo tratando de questões tão importantes para a coletividade do nosso município. Queria citar, em especial, a questão da adesão do município ao consórcio das mulheres, tratando de uma questão tão importante para o nosso município. Dizendo que o consórcio é uma das metodologias mais avançadas em termos de gestão pública, que faz com que a gente possa potencializar um recurso e trazer os serviços que são necessários à população. Dizendo que essas mulheres que precisam ser acolhidas dentro desta casa, elas são mulheres que não apenas elas, mas sim também os seus filhos e aí a gente faz



um acolhimento à família como um todo. Então, parabenizar o brilhante trabalho dos vereadores e da vereadora Ângela à frente da Câmara Municipal. Parabenizar também pelo trabalho junto, acompanhando todo o processo político que se deu, que finalizamos até agora, e agora a nova etapa para o dia vinte e seis, que é o segundo turno, com a Dilma e o Aécio e desejando a todos que os nossos trabalhos sejam trabalhos fazendo com que a população de nossa cidade possa votar com consciência para que a gente possa caminhar firmemente numa política que possa trazer melhor qualidade de vida para todos e para todas, tendo o entendimento que essa decisão é uma decisão que tem impacto direto sobre os municípios. Agradecer o acolhimento, Nélio, e te parabenizar pela condução dos trabalhos. Obrigada”. O Senhor Presidente falou: “obrigado, Fátima, Vice-Prefeita de Nova Lima. Vou encerrar esta reunião e, em nome da nossa vereadora Ângela Lima, agradecer a todas as mulheres que estão no Plenário, todos que nos assistiram nesta noite, muito obrigado a todos. Declaro encerrados os trabalhos. Boa noite”.
